

# «ATRAVÉS DA NATUREZA CAMPESTRE E MANSA»: AGRARISMO E LUTAS PELA JUSTIÇA AMBIENTAL EM PORTUGAL (SÉCULOS XIX E XX)

PAULO EDUARDO GUIMARÃES\*

*A serra toda se ofertava, na sua beleza eterna e verdadeira. [...] E na verdade me parecia que, por aqueles caminhos, através da Natureza campestre e mansa, — o meu Príncipe, atrigueirado nas soalheiras e nos ventos da serra, a minha prima Joaninha, tão doce e risonha mãe, os dois primeiros representantes da sua abençoada tribo, e eu — tão longe de amarguradas ilusões e de falsas delícias, trilhando um solo eterno, de eterna solidez, com a alma contente, e Deus contente de nós, seguramente e serenamente subíamos — para o Castelo da Grã-Ventura!*

Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras* (1901)

A partir de finais do século XIX, o nacionalismo português criou uma imagem persistente de Portugal, definindo-o como um país com vocação agrária, orgulhoso do seu passado imperial, feito por gente simples e laboriosa que povoava as suas belas paisagens, satisfeito com o seu crescimento económico lento face a uma Europa maravilhada com o seu sucesso tecnológico e industrial. Essa vocação *essencial*, questionada internamente e debatida desde os finais daquele século, viria a consolidar-se com o Salazarismo<sup>1</sup>. Assim, a industrialização, com os graves problemas sociais e ambientais

---

\* Centro de Investigação em Ciência Política. Departamento de História, Universidade de Évora. peg@uevora.pt. Este estudo foi realizado no Centro de Investigação em Ciência Política (UID/CPO/0758/2019), Universidade de Évora, e contou com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do Ministério da Educação e Ciência de Portugal através de fundos nacionais.

<sup>1</sup> MENDES, 1996.

que anunciava, teria sido um processo controlado e relativamente tardio, constituindo a II Guerra Mundial um momento de viragem na política económica do regime<sup>2</sup>. Neste contexto, a consciência ecológica só poderia vir de elites esclarecidas num país em que a maioria da população, marcada pelo analfabetismo e por baixos índices de escolarização, vivia com rendimentos muito baixos ou na pobreza. Tal como foi dito a respeito dos países industrializados, também em Portugal o conservacionismo, associado às preocupações pelas alterações ambientais provocadas pela industrialização, constituiu uma preocupação precoce de indivíduos provenientes de elites culturais e tecnocientíficas<sup>3</sup>. Num país marcado pelo *atraso*, os movimentos ecologistas que emergiram a partir da década de 1970 e as associações que se constituíram nas margens das principais organizações políticas foram caracterizadas pela sua fragilidade, apesar de nos anos oitenta e noventa se institucionalizarem políticas ambientais decorrentes do processo de integração europeia<sup>4</sup>.

A historiografia em torno dos movimentos rurais oitocentistas em Portugal tem contribuído para reforçar essa imagem. José Tengarrinha, na sua extensa investigação sobre os «movimentos populares agrários» na transição do Antigo Regime para o Liberalismo, identificou diferentes formas de protesto rural (amotinações, levantamentos e outras acções de resistência) que tiveram na origem a imposição de limitações administrativas às trocas (proibições de ir a feiras, por exemplo), o aumento das cargas fiscais sobre trocas internas, as culturas forçadas, enfim, os agravamentos fiscais, a par de conflitos de jurisdição das terras<sup>5</sup>. A par destes conflitos, e na linha dos estudos de Albert Silbert, Tengarrinha encontrou outros em torno da «usurpação» de bens comuns ou do parcelamento de baldios por parte do rei e de particulares, apresentados frequentemente como oligarcas pelos povos. Num universo marcado pela «insuficiência de meios repressivos», o historiador identificou, finalmente, movimentos contra as *justiças*, acções contra o recrutamento militar, contra invasores estrangeiros e anti-semitas. As duas primeiras décadas de Oitocentos ficaram ainda marcadas pelas movimentações contra invasores, pelos ajustes de contas contra determinados indivíduos e com as *justiças*, contra especulações de preços e a taxação de salários, enfim, por movimentos «anti-senhoriais». Também a análise dos movimentos de resistência do Liberalismo que ocorreram na década subsequente à revolução setembrista feita por Fátima Ferreira, retomando os estudos anteriores sobre o «miguelismo popular» e as guerrilhas antiliberais, mostrou a ausência de acções ou movimentos em defesa dos pastos comuns, dos baldios ou de bens comunitários, realçando a sua dimensão política e «antifiscal»<sup>6</sup>. Mais recentemente,

---

<sup>2</sup> BRITO, 1989.

<sup>3</sup> BRANDÃO, 2015; DELICADO, 2013.

<sup>4</sup> MADEIRA, 2016; TEIXEIRA, 2015; SOROMENHO-MARQUES, 2005.

<sup>5</sup> TENGARRINHA, 1994: I, 77.

<sup>6</sup> FERREIRA, 2002: 520-536.

a interpretação feita por David Justino sublinha a politização dos conflitos sociais e a natureza antiliberal dos movimentos populares durante o Cabralismo e a Regeneração<sup>7</sup>. Enfim, a dimensão ambiental encontra-se ausente também no inventário dos levantamentos populares rurais durante a República Velha e no Estado Novo<sup>8</sup>.

Este ensaio visa esclarecer a dimensão ecológica presente em diferentes conflitos que nos permitem situar as lutas pela justiça ambiental em Portugal num quadro temporal mais vasto, recuando até meados do século XIX e, deste modo, contrariar a imagem naturalista persistente associada a um país de industrialização tardia. No essencial, trataremos de identificar acções colectivas que, em diferentes contextos e períodos, visaram conscientemente uma distribuição mais justa dos benefícios e dos danos provocados por acções ambientalmente disruptivas.

Esta clarificação tem ainda outras valências. As lutas pela justiça ambiental denunciavam a desigual distribuição de poder e de recursos na sociedade e decorrem de conflitos emergentes com a imposição da destruição de ecossistemas que sustentavam comunidades ou determinados quadros de vida. Na medida em que se inscrevem em processos mais vastos de mudança ambiental irreversível, não são redutíveis a simples manifestações de conflitos de interesse, intermodais ou de distribuição dos custos gerados pela poluição.

Como veremos, essas lutas manifestaram-se de múltiplas formas: frequentemente em acções de *resistência* individual e colectiva, de desobediência civil; em formas mais organizadas, recorrendo às formas legais permitidas, através das petições e da acção parlamentar ou mesmo ilegais, com destaque para o protesto público colectivo junto das autoridades, o motim e a destruição de propriedade (*ludismo*). São, pois, conflitos de tipo moderno, geralmente «glocais» por participarem em processos mais profundos e vastos de mudança social.

Longe de estarmos perante uma construção teórica ou de observações *post festum*, os actores tiveram sempre uma noção clara do que estava em jogo. Na década de 1860, por exemplo, durante o conflito que opôs as comunidades rurais de Sever do Vouga ao proprietário das minas do Braçal (um comerciante alemão), por este pretender arborizar os terrenos baldios para suprir as suas necessidades industriais, as populações rejeitavam frontalmente o «modelo» de mudança que estava a ser imposto. Na petição enviada ao governador civil, afirmava-se:

*Por quanto se o sistema de compáscuo representa apenas o berço d'agricultura, aquele outro sistema de repartição dos montados pelos diversos habitantes do Concelho sem aquelas condições e cautela daria dentro em pouco o resultado de todos os terrenos e em virem parar à mão dos Estrangeiros e dos mais abastados por não*

<sup>7</sup> JUSTINO, 2016: 389-447.

<sup>8</sup> CARVALHO, 2011; ROSAS, 1990: 405-413.

*difíceis compras e delas espancariam depois os pobres, como já sucede com o empresário das Minas, conduzindo assim a que este venha a senhorear-se do Concelho, e conduzindo também a uma horrorosa concentração de propriedade, parecida com a riqueza de Inglaterra a qual mata de Fome e dizima anualmente uma porção de seus habitantes por centralizada na mão de poucos: que o diga a desgraçada Irlanda e a imensidade de proletário que algumas vezes pejam as ruas de Londres, pedindo trabalho e ameaçando a segurança das famílias. Que os povos do Concelho de Sever detestam semelhante riqueza a qual não trocam pela pobreza do seu Concelho aonde raro se vê um mendigo a não ser de fora e aonde não consta que alguém morresse ainda de fome...<sup>9</sup>*

O enunciado claríssimo deste processo de *acumulação por desapropriação* seria confirmado pela crítica das armas. Nos princípios do século XX, Léon Poincard notaria que o «mineiro típico» daquela região era o mineiro-camponês.

Também Dulce Freire, no seu estudo sobre a arborização dos baldios na década de 1940, mostra-nos que os técnicos do Estado atribuíam a si próprios uma missão civilizadora, reconhecendo-se como agentes de uma mudança social profunda. Esses técnicos «conheciam a importância dos baldios para as comunidades [...]. A arborização não mudava apenas a cobertura vegetal do solo, era também um meio para acabar com “gente primitiva” e formas de vida “arcaicas”»<sup>10</sup>.

A literatura sobre as lutas pela justiça ambiental antes da Era da Ecologia tem-se centrado nesta dimensão presente no «protesto camponês». As suas manifestações têm sido vistas como formas precoces de luta ecologista pela sustentabilidade dos recursos das comunidades, contrariando assim a ideia que este tipo de acções era própria de sociedades num estágio avançado de desenvolvimento<sup>11</sup>. Desta forma, a lenda negra sobre o comportamento rapace dos camponeses sobre os recursos comuns, alimentada persistentemente pelo Liberalismo, tem sido questionada para além do caso francês<sup>12</sup>.

O segundo objectivo deste texto é, pois, identificar traços comuns nas lutas pela justiça ambiental em Portugal, distinguindo-as daquelas que encontramos depois da década de 1970. Assim, começaremos por mapear o reconhecimento que tem sido feito pelas ciências sociais dos conflitos ambientais em meio rural neste período para, no segundo momento, invocarmos formas históricas de protesto popular em três áreas-chave do crescimento económico entre a Regeneração e o Estado Novo: a mineração e a metalurgia modernas, a agricultura comercial e a pesca industrial.

---

<sup>9</sup> *Apud* JUSTINO, 2016: 424.

<sup>10</sup> FREIRE, 2000: 199.

<sup>11</sup> GONZÁLEZ DE MOLINA *et al.*, 2009; MARTÍNEZ-ALIER, 1995.

<sup>12</sup> MCPHEE, 2001; PLACK, 2013; VIVIER, 2013.

A descrição dos conflitos em contextos de mineração e metalurgia assentou essencialmente em investigação anterior e teve por base a documentação conservada das antigas circunscrições industriais, actualmente depositada no arquivo do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), em Alfragide. Em contrapartida, a análise dos conflitos resultantes da expansão da cultura do arroz e da florestação dos baldios beneficiou de estudos recentes parciais. Finalmente, a análise do problema da conservação dos recursos piscícolas em Setúbal teve por base principal a imprensa local produzida por industriais e por militantes sociais. Este caso, distinto dos anteriores, ilustra como os pescadores e os operários, através das suas associações, procuraram limitar as práticas predatórias sobre os recursos do mar, lutando, de facto, mas sem sucesso, pela sua sustentabilidade.

Finalmente, apresentamos uma visão de conjunto destes conflitos, colocando em confronto as duas eras de mobilização ambiental «a partir de baixo» e considerando os actores, a temporalidade, motivações e resultados.

## 1. UM PAÍS RURAL, UMA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL TARDIA?

O primeiro balanço crítico sobre a produção nas ciências sociais em torno do ambiente em meio rural e das políticas ambientais ocorreu no início da década de 1990<sup>13</sup>. Pouco depois, realizou-se o primeiro inventário sistemático dos conflitos ambientais em Portugal no período democrático<sup>14</sup>. Procurou-se então perceber quais os papéis que as organizações ambientalistas não-locais e internacionais, bem como as organizações estatais, desempenharam nesses conflitos. Caracterizou-se as «mobilizações ambientais de base» e avaliou-se o comportamento das organizações institucionais durante o regime democrático, mostrando a grande frequência, intensidade e relevância destes fenómenos. A análise extensiva a milhares de ocorrências registadas pela imprensa regional e nacional em Portugal nas últimas décadas do século passado revelou que esses conflitos eram de «tipo comunitário» e localizados em freguesias rurais, que envolviam por norma menos de cem indivíduos e raramente foram violentos<sup>15</sup>.

Mais recentemente, o projecto exploratório *Portugal: Ambiente em Movimento* procurou também inventariar e mapear os principais conflitos ambientais em Portugal (PAEM-2016). Este projecto seleccionou 162 conflitos em Portugal desde a década de 1970, considerados mais relevantes pela sua intensidade, dimensão, duração, impacto social e ambiental, distribuindo-os por sectores de actividade: energia (32 por cento), resíduos industriais e urbanos (24 por cento), mineração (17), agricultura (11), megaprojectos (7), indústria (6) e gestão do território (3 por cento). Entre estes, têm sido considerados marcos na história das lutas ecologistas em Portugal: o movimento antinuclear

<sup>13</sup> MANSINHO & SCHMIDT, 1994.

<sup>14</sup> PAIVA, 1998; KOUSIS *et al.*, 1996.

<sup>15</sup> KOUSIS, 2001; NAVE, 2000; FIGUEIREDO & FIDÉLIS, 2003.



associado à povoação de Ferrel (1976-1977) e, depois, contra a lixeira nuclear em Salamanca (1987); a luta contra a poluição do Alviela (1957-2007); a «catástrofe de Suinobyl» (1974-2010) nos rios Lis e Rio Maior; a luta contra o «deserto verde» ou contra a eucaliptização do território, iniciada pela Liga para a Protecção da Natureza em 1979, em defesa do lince da Serra da Malcata; a greve dos pescadores de Sines contra o petróleo nas suas águas (1982); a «guerra dos caulinos» em Barqueiros, Barcelos (1986-2007); a luta contra os resíduos e escórias tóxicas importadas da Suíça e depositadas em Setúbal (1988-1998); o movimento contra a co-incineração e contra as ETARs no final do século XX; as acções em nome da defesa do património natural e cultural (sendo o conflito mais expressivo o que se abriu em torno da defesa das gravuras rupestres de Foz Côa); a luta contra os transgénicos; contra o programa nacional de barragens; e, enfim, contra a mineração como foi o caso do projecto de exploração do ouro em Boa Fé, Évora. Para além de cartografar e documentar estes conflitos, aquele projecto confirmou a frequência e a extensão dos conflitos emergentes como resultado das ameaças pressentidas ou da perda efectiva da qualidade de vida devido à degradação ambiental imposta através de projectos ou de actividades agressivas para o ambiente. A análise empírica desses conflitos mostrava ainda, ou principalmente, na linha da ecologia política, que os processos de alteração ambiental inerentes neste tipo de conflitos derivavam do poder muito desigual dos actores em presença<sup>16</sup>.

Num contexto marcado pela expansão do extractivismo num quadro demo-liberal, muito dele associado às obras públicas e à construção civil patrocinadas pelo Estado, foi então afirmado que estes conflitos se desenvolveram num contexto de fraca expressão de cidadania, de mediocridade mediática e iliteracia ambiental, mostrando-se a opinião pública pouco sensível a este tipo de questões<sup>17</sup>. Assim, na ausência de um movimento verde pujante como existia noutros países europeus nas décadas de 70 e 80 do século passado, os sociólogos reconheceram um quadro marcado por elevada conflitualidade localizada, com conflitos do tipo *Não no Meu Quintal!*, de resistência «rural» a grandes projectos de infra-estruturas apoiados pela Comunidade Europeia, apesar das normas e das acções ambientais progressivas que foram introduzidas com a integração formal nesse espaço económico<sup>18</sup>.

A preocupação pela saúde pública e a percepção dos riscos emergentes foram os principais ingredientes psicológicos mobilizadores dos indivíduos durante esse período que teve por objecto de contestação as actividades em torno da gestão de resíduos (os aterros sanitários, o tratamento de lixo e descargas de efluentes), a construção de

---

<sup>16</sup> GUIMARÃES & FERNANDES, 2016.

<sup>17</sup> SCHMIDT, 2008. A este respeito, é significativo que um dos protagonistas do movimento ecológico português no período da sua afirmação o tenha caracterizado pelo seu arcaísmo nas suas reflexões posteriores (SOROMENHO-MARQUES, 1999; SOROMENHO-MARQUES 2005).

<sup>18</sup> FIGUEIREDO & FIDÉLIS, 2003.

infra-estruturas e, em determinados contextos, os problemas de degradação ambiental que resultam da actividade industrial<sup>19</sup>.

As formas de luta utilizadas foram geralmente pacíficas, sendo de salientar as queixas às autoridades, as petições públicas e as conferências de imprensa. Verificou-se ainda uma forte relação entre a emergência destes conflitos e a actividade das associações de defesa ambiental já existentes ou que se constituíram durante o processo. A contestação apoiava-se, com frequência, na exigência de cumprimento da legislação sobre o ambiente (mais apertada com a entrada do país na Comunidade Europeia) ou no desejo de criar «novas regras» a partir de uma postura negocial. O radicalismo, que pode ser caracterizado, neste contexto, pela mobilização assente na oposição irreduzível a determinada fonte de perturbação ambiental, foi assim uma atitude excepcional. No essencial, os opositores mostraram moderação e a sua atitude foi caracterizada pela busca de compromissos. Ao mesmo tempo, notou-se geralmente um fosso entre as posições do governo, por um lado, e as populações afectadas, por outro. Mas registou-se igualmente uma distância entre as motivações destas últimas e o discurso e a acção das maiores organizações ambientalistas<sup>20</sup>.

O interesse das ciências sociais pelo ambiente, que emergia nos anos de crescimento económico induzido pela integração europeia, com assinalável melhoria nos níveis de vida da população portuguesa, foi precedido e acompanhado pela crescente mediatização das questões ambientais, por um lado, e pela afirmação da paisagem e do ambiente como valor patrimonial e mercantil, associando-o ao turismo e à economia do lazer, por outro<sup>21</sup>. A caracterização dos protagonistas e dos repertórios da acção colectiva tem contribuído para uma visão conflitual recente das profundas alterações do território, nomeadamente com a industrialização da paisagem rural e com a sua «desertificação» humana e animal. Mas até que ponto este interesse académico relativamente recente traduz a emergência de fenómenos sociais novos ou uma consciência ambiental tardia?

O conhecimento que temos dos conflitos ambientais em Portugal desde a implantação do Liberalismo é muito fragmentado e desigual: conhecemos a luta das populações mais pobres contra a expansão da cultura do arroz no Mondego nos meados do século XIX, mas nada sobre o que se passou no Sado, por exemplo; conhecemos vários conflitos resultantes da exploração das pirites durante mais de um século no Baixo Alentejo e na região de Aveiro (1850-1970) e da mineração de estanho (dragagem, 1914-1976) na Beira Interior, mas muito menos sobre os outros minérios e regiões; conhecemos desigualmente as lutas em defesa dos bens comuns (baldios), mais conhecidas nos séculos XIX e XX, assim como as lutas dos pescadores contra a sobreexploração de recursos, nomeadamente, contra a pesca de arrasto e as traineiras em Setúbal desde o início do

<sup>19</sup> GUIMARÃES & FERNANDES, 2016.

<sup>20</sup> FIGUEIREDO & FIDÉLIS, 2003.

<sup>21</sup> *Vd.* MANSINHO & SCHMIDT, 1994.

século. Finalmente, apesar de conhecermos as lutas contra a poluição industrial, como foi o caso dos protestos contra os fumos no Barreiro desde o início do século XX e do aglomerado de cortiça em Portalegre desde os anos 40, pouco sabemos deste tipo de conflitos em meio urbano neste período. Apesar disso, o conhecimento acumulado questiona a «natureza campestre e mansa» do país que foi construída.

## 2. CONFLITOS MINEIROS NO PAÍS AGRÁRIO: O LUDISMO AMBIENTALISTA

O inventário feito a partir da documentação sobrevivente das antigas circunscrições mineiras mostra-nos que a mineração moderna e a metalurgia a ela associada geraram conflitos ambientais relativamente precoces e frequentes. Eles ocorreram em contextos diferentes da exploração e envolveram diferentes tecnologias de processamento de minérios: metalurgia (galena), dragagem (cassiterite), ustulação-lixiviação (pirites), hidrometalurgia (pirites), produção de enxofre e de adubos (deslocalizada durante as primeiras décadas do século XX para regiões portuárias como Barreiro, Setúbal, Estarreja). Todos estes focos geraram mudanças ambientais resultantes da contaminação e erosão de solos agrícolas aluviais ou solos delgados (no Sul), da poluição de ribeiros, de rios e das águas costeiras com impacto directo sobre as populações rurais (lavradores, agricultores e pescadores). No centro destes conflitos encontravam-se companhias mineiras tecnologicamente avançadas apoiadas pelo Estado, que concessionava e garantia os seus direitos.

O desenvolvimento da actividade mineira desde meados de Oitocentos foi, com excepção do carvão, *puxado* pela procura externa, integrando as regiões na economia europeia e mundial. A escala das operações mineiras e metalúrgicas foi assim essencial para fazer germinar esses conflitos «gloais» pois apareceram como reacções motivadas directamente pela perda de serviços ambientais e pelos efeitos da poluição sobre a sua saúde e rendimentos. No conjunto, o inventário destes conflitos oferece-nos uma imagem distinta desse país rural no qual as populações enfrentaram dolorosamente novos problemas associados a um padrão de crescimento económico extractivista.

A legislação mineira e industrial oitocentista traduziu essas preocupações pela saúde e pela segurança públicas, obrigando ao licenciamento de um número crescente de actividades consideradas «insalubres, incómodas e perigosas», que teve o seu zénite durante o Estado Novo. Apesar de a fiscalização destas actividades ser feita pelo governo através das suas circunscrições, portanto, à margem dos órgãos municipais eleitos até ao período da Ditadura Militar e do Estado Novo, estas tiveram ainda competências no licenciamento de muitas actividades industriais. Além disso, os municípios e administradores concelhios deram voz, com frequência, às queixas das populações. Em suma, o Portugal d' *A Cidade e as Serras* (1901) não estava alheio aos problemas ambientais



conhecidos nas regiões industriais europeias. A cartografia dos passivos ambientais mineiros também o confirma<sup>22</sup>.

A lista dos conflitos abertos mais violentos e duradouros que puderam ser identificados é relativamente extensa e dispersa no território continental: mina de São João do Deserto, concelho de Aljustrel (8 de Agosto de 1855); minas do Braçal, Palhal e Telhada, nos concelhos de Sever do Vouga e Albergaria (primeiro em 15 de Agosto de 1862 e, depois, em Agosto de 1866); mina de São Domingos, Mértola (1875 e novamente entre 1884 e 1887); mina de Talhadas, Sever do Vouga (20 e 21 de Maio de 1917); minas de Aljustrel (1922); minas de Vale do Vouga, Gaia, Águeda (28 de Junho de 1924); freguesia da Pega, Águeda (26 de Julho de 1926)<sup>23</sup>.

As causas dessas erupções violentas foram díspares: perda de serviços ambientais, destruição de culturas e esterilização dos solos, contaminação de águas subterrâneas e superficiais, contaminações dos rios e ribeiros. Foram incidentes reactivos e surgiram quase sempre ao fim de um período em que se acentuaram tensões latentes envolvendo comunidades e diferentes grupos sociais. Estes conflitos abertos revelavam, por outro lado, a incapacidade da sociedade para resolver, num quadro liberal, disputas entre diferentes actores sobre os usos dos ecossistemas através das formas legais previstas, nomeadamente, pelo recurso, por parte dos lesados, à acção judicial, à compensação por indemnização pecuniária e a sua resolução, pelas empresas, por compra de direitos de propriedade (recorrendo, se necessário, à expropriação por utilidade pública).

Por norma, as populações prejudicadas recorreram às formas legais de contestação: denúncia de acções danosas e persistentes, mobilizando a opinião pública através da imprensa; petições enviadas às autoridades locais; representações dos municípios e autoridades locais em defesa dos povos; enfim, intervenções dos deputados no parlamento. A tensão latente podia evoluir para formas de acção directa colectivas contra as companhias que podemos designar por *ludismo ambientalista*. Registadas genericamente nas nossas fontes como «atentados contra a propriedade», estas acções envolviam a destruição de máquinas, de equipamentos e de produção armazenada, acompanhadas pela invasão do campo mineiro e por motins. Este ludismo compreendia, por vezes, acções de sabotagem inteligentes, como seja impedir a laboração furando os cantis dos mineiros guardados nos armazéns da companhia, inutilizar ferramentas, equipamentos, enfim, linhas de transporte ferroviário. A mobilização dissuasora do exército em momentos de

---

<sup>22</sup> No final de 2001, a Empresa de Desenvolvimento Mineiro inventariou e cartografou 175 áreas mineiras críticas devido aos seus passivos ambientais e estado de abandono (EDM/EXMIN, 2001) que se localizavam predominantemente no Alentejo (pirites), Beira Interior e Trás-os-Montes (volfrâmio, estanho, ouro, urânio). Os processos das concessões mineiras que se encontram hoje no arquivo do LNEG (Alfragide) contêm, na sua organização, séries documentais classificadas como POL. (poluição) que, com alguma frequência, sinalizam períodos de conflito aberto com as populações locais.

<sup>23</sup> Para uma descrição e análise mais detalhada destes conflitos veja-se GUIMARÃES, 2016; GUIMARÃES, 2013; SILVA, 2013.

maior tensão destinou-se tanto a garantir a propriedade, frequentemente nas mãos de estrangeiros, como a prevenir crimes violentos contra os agentes das companhias.

Os resultados destas acções lúdicas foram muito desiguais. Na mina do Braçal, em 1862, provocaram a paragem dos trabalhos. A produção foi retomada lentamente nos dois anos seguintes, mas conduziu depois, graças ao apoio do governo, ao aumento da produção. A estratégia de desqualificação das queixas dos camponeses por parte das autoridades e da direcção da companhia foi eficaz, acabando o proprietário alemão por ser indemnizado pelo Estado. Com o desenvolvimento mineiro posterior em diversas minas daquela região, novas tensões emergem em 1866, apesar de o mineiro ser recrutado entre camponeses. No essencial, os camponeses tinham reagido à destruição das culturas devido à emanação de gases sulfurosos pela metalurgia, mas as tensões tinham vindo a acumular-se desde a década de 1840, verificando-se acções de resistência à plantação de pinheiros em terras comunais (*vd. supra*). A companhia, por seu turno, insistia na ignorância dos camponeses e na animosidade junto dos lavradores que gerava o pagamento de salários mais elevados<sup>24</sup>. Mais tarde, o Estado acabou por impor tardiamente medidas de remediação que passaram pelo fornecimento gratuito de cal aos camponeses para os solos recuperarem da esterilidade e pelo tratamento de efluentes ácidos com cal. O aumento dos custos operacionais conduziu ao encerramento destas minas no início do século<sup>25</sup>.

No caso da mina de São Domingos, o programa de aproveitamento integral das pirites desenvolvido entre 1866 e 1872 enfrentou *dilemas ambientais*, levando a empresa a inovar. Entre 1872 e 1875 a Mason & Barry desenvolveu localmente a hidrometalurgia para o aproveitamento das pirites com baixos teores de cobre, projecto que foi autorizado pelo governo após a destruição dos fornos abertos (*telleras*) durante a noite pelas populações e do moinho mecânico industrial. Esta tecnologia, que recorria à água para extrair os metais, envolveu alterações ambientais profundas e irreversíveis. A abundância de águas superficiais favoreceu o aparecimento de surtos sazonáticos com impacto agudo na saúde das populações, ao mesmo tempo que os pescadores do Guadiana e de Vila Real de Santo António se queixavam da mortandade e desaparecimento do peixe, de forma mais sintomática, entre 1875 e 1886 e, depois, entre 1910 e 1912<sup>26</sup>.

No caso das minas de São João do Deserto e Algares, situadas no extremo da vila de Aljustrel, não foram identificados conflitos abertos, mas a Companhia de Mineração Transtagana, depois das primeiras experiências em Algares, foi forçada a queimar o minério a cerca de 8 quilómetros a partir de meados da década de 1870, o que a obrigou a aumentar o capital social sucessivamente (dos 200 até aos 750

---

<sup>24</sup> GUIMARÃES, 2013, JUSTINO, 2016: 397-439.

<sup>25</sup> GUIMARÃES, 2013.

<sup>26</sup> GUIMARÃES, 2016.

contos!)<sup>27</sup>. Nesse processo, a companhia portuguesa teve de adquirir herdades e de investir em linhas ferroviárias, máquinas e material circulante que agravaram os custos operacionais com o transporte exterior. A companhia foi em breve forçada a declarar falência, o que aconteceu em 1882. Apenas em 1898 voltou a ser retomada a exploração que logo passou a ser fonte de conflito com os lavradores, devido à contaminação das águas e ao desagúe das águas sulfatadas que atravessavam a região e desaguavam no Sado. A sua expansão produtiva esteve assim limitada até à década de 1950, quando a implementação do Plano de Rega do Alentejo levou o próprio Estado a agir contra a Société Anonyme Belge des Mines d'Aljustrel. A política cerealífera do Estado Novo veio favorecer o consumo de adubos nacionais e a protecção à produção de superfosfatos, nitratos e sulfato de cobre com forte impacto poluente nas localidades onde, desde o início do século e até meados dos anos 30, se instalaram estas unidades (Barreiro, Estarreja, Setúbal e Achada do Gamo, no concelho de Mértola).

### 3. VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA NA EXPANSÃO DO CAPITALISMO AGRÁRIO

A expansão do capitalismo agrário foi acompanhada por conflitos ambientais de diferente tipo. Irene Vaquinhas documentou esses conflitos em Coimbra, entre 1856 e 1880, quando a cultura do arroz conheceu uma forte expansão nas terras aluviais, alician-do grandes e médios lavradores, os grupos mais sensíveis aos lucros que esta produção garantia, apesar dos riscos para a saúde das populações devido aos surtos sazonáticos<sup>28</sup>. Neste contexto, foram aqueles grupos locais que defenderam a expansão da cultura do arroz, numa época em que não havia tratamentos eficazes para a malária. Como pano de fundo, o desaparecimento do direito de compáscuo nos campos do Mondego conduziu à diminuição da criação de gado miúdo e ao empobrecimento de muitos camponeses que viram na emigração uma saída para os seus problemas. A violência tornou-se, neste contexto, «um dos instrumentos de que a sociedade rural se serve para recusar a passagem do mundo tradicional a um mundo agrícola sujeito às regras do capitalismo»<sup>29</sup>.

A violência emergente na sociedade rural com a ameaça de liquidação dos baldios, realizada através da apropriação da sua gestão pelo Estado e posterior privatização, ou apropriada por particulares, tem sido vista como parte de conflitos devidos à expropriação de serviços ambientais comunitários<sup>30</sup>. Em nome do progresso agrícola, o liberalismo defendeu a erradicação da propriedade comunitária que constituía um dos pilares da sociedade camponesa. O movimento era anterior, mas encontrou livre curso

<sup>27</sup> Para se ter uma ideia deste valor na época, basta pensarmos que o capital social efectivo de cada um dos dois bancos regionais (Banco Eborense e Banco do Alentejo) não ultrapassava os 500 contos de réis.

<sup>28</sup> VAQUINHAS, 1991.

<sup>29</sup> VAQUINHAS, 1990.

<sup>30</sup> FREIRE, 2000; CRAVIDÃO, 1985; ESTÊVÃO, 1983.

a partir de meados do século XIX, sendo apenas travado por acções de resistência locais que envolveram, com frequência, as destruições de muros, cercas, vedações e tapumes, sempre que os baldios eram apropriados pelos senhores da terra. A partir da década de 1888 iniciou-se um movimento para a florestação dos baldios serranos que conheceu um novo impulso no início do século XX. O debate sobre os «incultos» atravessou a I República que, sintomaticamente, foi lesto a instituir a guarda rural, satisfazendo assim uma reivindicação antiga dos lavradores contra os «abusos dos povos». Promoveu igualmente a alienação pelos municípios daquelas terras que, «sendo de todos, não eram de ninguém».

O estado autoritário associou a questão dos terrenos incultos com aptidão agrícola, às terras comunitárias e à colonização interna, chamando a si a função de gestão do uso e administração desses bens através da Junta de Colonização Interna. Defendeu a vocação florestal dos baldios serranos e apostou no desenvolvimento mineiro do país (sinalizado pela criação do Serviço de Fomento Mineiro) numa altura em que mais se fazia sentir o sobrepovoamento rural. Como consequência, a alienação dos baldios pelos órgãos locais acentuou-se nas décadas de 1940 e 1950, após a Lei do Povoamento Florestal (Lei n.º 1971 de 15 de Junho de 1938)<sup>31</sup>. Os Serviços Florestais proibiram então o pastoreio de rebanhos em terras com vocação florestal, uma medida que lesou os mais pobres e acelerou o abandono da agricultura e a emigração nas zonas do interior a partir dessa altura<sup>32</sup>. Deste modo, o Estado Novo «desferiu a mais astuciosa e repressiva campanha contra os terrenos comunitários, efectuando a reserva de mais de 400 mil hectares de terrenos baldios para florestar», terminando com as utilizações tradicionais destes terrenos pelas comunidades rurais com impacto directo nos efectivos humanos e animais dessas comunidades<sup>33</sup>. Nos últimos anos do regime, assistiu-se à «luta dos povos pela recuperação dos baldios», que fizeram entrar a sua restituição na agenda política depois do 25 de Abril de 1974<sup>34</sup>.

#### **4. INDÚSTRIA CONSERVEIRA E A DEFESA DA SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS MARINHOS**

Nos finais do século XIX, a indústria de conservas de peixe ganhou um grande desenvolvimento, em larga medida graças à instalação de empresas francesas nos principais centros pesqueiros do país. Esta abertura ao comércio internacional coincidiu igualmente com o aumento da população portuguesa e foi responsável por movimentos migratórios de populações marítimas. Setúbal tornou-se o principal porto de pesca português e centro exportador de conservas de peixe.

---

<sup>31</sup> FREIRE, 2000; ESTÊVÃO, 1983.

<sup>32</sup> DEVY-VARETA, 1993.

<sup>33</sup> BAPTISTA, 2010; DEVY-VARETA, 1993; DEVY-VARETA, 2003.

<sup>34</sup> BARROS, 2012; v. Decreto-Lei n.º 39/76. «Diário do Governo n.º 15/1976, Série I» (1976-01-19).

A sustentabilidade dos recursos marinhos constituiu uma preocupação para armadores e pescadores durante todo este período que foi caracterizado por um crescimento empobrecedor. No final da I Guerra Mundial, os cercos americanos à pesca da sardinha empregavam directamente à volta de 2.500 pescadores num total de 3.800<sup>35</sup>. A partir de 1927, a sardinha descarregada nas lotas de Setúbal foi cada vez menor, passando das 18 mil toneladas anuais para menos de 7 mil em 1948, enquanto o número de cercos americanos passava dos 31 para 15. A indústria da pesca chegava ao «estado declarado de ruína» enquanto o número de traineiras passava de 6 para 13 na década de 1930, o que foi interpretado como «sinal de empobrecimento desta indústria»<sup>36</sup>. O número de pescadores empregados tinha sido, em média, de 1,657. Enfim, a população da cidade regrediu acentuadamente na década de 1940, apesar do aumento do número de serviços públicos e do desenvolvimento da indústria química e dos cimentos.

Durante este período, o sector modernizou-se: os cercos a vapor foram introduzidos em 1920 e quatro anos depois desaparecem os últimos cercos à vela. Também a indústria adoptara a mecanização e, com o desaparecimento dos soldadores como classe profissional nos anos 30, os industriais passam a empregar apenas mulheres e moços, ou seja, os grupos assalariados mais mal pagos. Entre 1921 e 1930 o número de fábricas instaladas na cidade começou a decrescer enquanto continuava a aumentar no resto do país. No auge da guerra ultrapassaram a centena e em 1928 restavam apenas 63.

A crise na indústria conserveira no pós-guerra foi acompanhada pelo aumento do impulso extractivista. No início do século XX, Setúbal exportava à volta de 6,5 mil toneladas de enlatados de sardinha, em média por ano, valor que aumentou continuamente até meados da década de 1920, quando se atingiu as 16,8 toneladas. Na segunda metade dos anos 30 esse valor caiu para 9,1 toneladas, patamar que se manteve depois. A indústria respondeu às dificuldades comerciais aumentando a procura de peixe, impondo preços mais baixos e diminuindo os custos salariais através da racionalização e de inovação técnica. Este foi o resultado de um processo conflitual que pode ser documentado desde finais de Oitocentos na imprensa local.

O aumento da captura de pesca conduziu, ainda nos finais do século XIX, a crises periódicas que levaram o Estado, interessado nos elevados rendimentos obtidos com os impostos sobre o pescado, a regulamentar a pesca da sardinha e a promover estudos científicos sobre os recursos do mar. Essa regulamentação impunha limites à dimensão das malhas utilizadas nas armações redondas, valencianas e cercos americanos, à distância entre eles, favorecendo igualmente um regime de concessões que ameaçava as artes de xávega, os pequenos pescadores independentes e os armadores mais antigos. Os armadores de Setúbal defenderam então, como medida protectora das indústrias

---

<sup>35</sup> FARIA, 1950.

<sup>36</sup> FARIA, 1950: 45.



de pesca à valenciana, «a manutenção da proibição das redes de arrasto, denominadas “Bugigangas” ou, pelo menos, limitar-lhes uma área ou época de exercício»<sup>37</sup>.

A República estabeleceu o regime de liberdade de pesca, logo em 1910, afastando os receios da imposição de um regime de concessões marítimas<sup>38</sup>. Logo a 9 de Novembro de 1911 o governo provisório decreta a protecção à pesca de arrasto. Contudo, este favorecimento da sobreexploração dos recursos marinhos foi contrariado pelos marítimos que, através da sua associação de classe, foram capazes de a conter, durante um curto espaço de tempo. A 8 de Dezembro de 1910, os pescadores de mar iniciam uma greve protestando contra a liberdade de pesca concedida pelo governo aos vapores com redes de arrasto, os quais «devastam os fundos, destruindo a criação»<sup>39</sup>. Esta greve surgia na sequência de outra ocorrida no mês anterior que resultara do comício promovido pela Associação dos Trabalhadores do Mar onde se tinha tratado dos problemas de pesca e dos vapores de arrasto. Em breve, o capitão do porto iniciou uma luta contra o controlo que os pescadores começavam a exercer na *Barcelona portuguesa* perseguindo, multando e mandando prender pescadores sob qualquer pretexto. Em breve, uma greve decisiva envolveu toda a classe e arrastou-se durante cerca de 7 meses.

A crise na indústria criada pela guerra criou uma oportunidade para os pescadores reforçarem esse controlo. Assim, em Março de 1916, a sua associação solicitou ao governo que os pescadores, *através dela*, pudessem comprar cercos americanos quando fossem postos à venda, proibindo-se a sua venda a qualquer entidade estranha ao concelho<sup>40</sup>. Através dos vários cercos que a associação controlava, os pescadores conseguiam indirectamente controlar o peixe que chegava às fábricas. Quando o jornalista Adelino Mendes (1878-1963) visita aquilo que designa simpaticamente como «a cidade dos anarquistas», o poder dos marítimos encontrava-se no seu zénite<sup>41</sup>. Com os salários elevados e, principalmente, com as percentagens gordas sobre o pescado, que os próprios pescadores comercializavam, as margens de lucro dos armadores tinham ficado cada vez mais reduzidas. A economia social parecia então ser a evolução normal, quando eles detinham já mais de uma vintena de *cercos* de pesca em cooperativas de produção. Ora, o comportamento dos pescadores era de contenção nas capturas quando o preço do peixe estava em baixa, uma prática que não impedia os lucros industriais numa conjuntura em que a lata atingia valores excepcionais. Um armador entrevistado contava, em tons dramáticos, a desgraça que, na sua opinião, se tinha abatido sobre a cidade:

---

<sup>37</sup> SETÚBAL. Armadores de Pesca de Sardinha, 1903: 14.

<sup>38</sup> MACHADO, 1951.

<sup>39</sup> COSTA, 2011: 212.

<sup>40</sup> COSTA, 2011: 241.

<sup>41</sup> MENDES, 1916: 163-164.

*Olhe, eu sou do tempo em que o pescador de Setúbal era activo, sóbrio, diligente. Venho d'essa época já longínqua em que ele era um tipo, exactamente como o é ainda hoje o pescador do Algarve, de Peniche, de Sesimbra, da Nazaré. Nesses dias afastados, o pescador daqui era assíduo, ia para o Mar com todo o tempo, passava por lá a sua quinzena trabalhando, labutando, procurando o peixe matando o mais que podia matar. Às condições em que a existência lhe decorria exigiam-lhe essa canseira permanente, ininterrupta, aturada. A sardinha não alcançava preços exorbitantes nem os armadores davam ao seu pessoal as regalias sufocantes que hoje lhe concedem. Daí, a necessidade de se consagrarem, d'alma e coração, à sua tarefa, arrancando ao Mar tanto peixe quanto podiam. Mas tudo isso mudou... [...] O pescador, n'esta terra, é quem mais lucra com o que os cercos produzem. Ele é que é o verdadeiro patrão, quer trabalhe com artes suas, propriedade das cooperativas, quer pertença às companhas dos cercos dos patrões. Sentiu, ao ver-se bem pago, que não precisava de pescar tanto. Reconheceu que lhe bastam às vezes dois dias de faina para fazer a sua opulenta quinzena<sup>42</sup>.*

Os pescadores entrevistados, por seu turno, atribuíam a escassez de peixe ao «flagelo» que eram as traineiras, muito mais baratas do que os cercos (estes custariam 12 contos e as traineiras 600 escudos) por utilizarem a pesca a dinamite. Com esta técnica facilmente se enchia um barco de peixe mas destruía-se «quatro ou cinco vezes mais do que aquele que se se aproveita»<sup>43</sup>. Ora, em Setúbal e em Sesimbra não entravam traineiras e Sines era acusada de destruir os bancos de pesca da Galé, zona antiga de pesca da sardinha dos marítimos da cidade.

O uso da sabotagem era uma arma temível. A imprensa local relatava que, em Novembro de 1919, na sequência de graves acontecimentos que envolveram os marítimos, tinham sido apreendidas cem navalhas. Em 1920, os cercos encontram-se em greve contra os industriais por causa dos preços. No entanto, o controlo do mercado pelo patronato industrial foi restabelecido em 1922, na sequência de 74 dias de luta, sendo muito peixe deitado ao mar. É significativo que, em 1924, fosse novamente proibida a pesca com dinamite<sup>44</sup>. «A Indústria», órgão setubalense dos industriais conserveiros, aparecia a denunciá-la apenas nos casos em que entravam barcos espanhóis. Por momentos, os industriais assustaram-se com as medidas socializantes do governo canhoto de José Domingos dos Santos, nomeadamente, com a tributação pessoal progressiva, a socialização das fábricas, as ameaças de retirar a força pública da cidade, etc. No final da República, para os industriais subsistia o problema do «abastecimento

<sup>42</sup> MENDES, 1916: 170.

<sup>43</sup> MENDES, 1916: 183.

<sup>44</sup> PORTUGAL. *Intendência de Marinha. Repartição de Pescarias e Serviços de Aquicultura (1924) — Lei n.º 1572 proibindo a pesca com dinamite, carboneto de cálcio ou qualquer substância nociva*. Lisboa: Imprensa Nacional.

do peixe e do seu preço» (menos de 10 por cento era destinado ao consumo nacional). Ou seja, o problema da subordinação da pesca aos interesses industriais tinha atravessado uma época marcada pela escassez periódica de peixe e pela acentuada diminuição das margens de lucro dos industriais.

A organização corporativa impôs a colaboração entre as classes sociais e facilitou o extractivismo ao serviço duma indústria considerada agonizante nos anos 30. Os resultados foram descritos desta forma em 1950:

*A proletarização da classe piscatória agravada pela crise da pesca tem feito diminuir o nível de vida dos pescadores, não só nos seus modos de existência, mas em todos os seus aspectos.*

E relacionava a crise social com a crise ecológica:

*A desarmonia destas condições (geográficas, isto é, que garantem a sustentabilidade dos recursos), provocada pela alteração de qualquer delas, principalmente a destruição dos pascigos alimentares dos cardumes por técnicas piscatórias deprecadoras, provoca a falta de peixe que morre à fome ou emigra à procura de zona mais farta.*

Em causa estava o uso consentido do tipo de rede mais produtivo, a rede de arrasto, «a que se atribui a destruição dos pascigos dos peixes da plataforma continental e o consequente desaparecimento dos cardumes»<sup>45</sup>.

Nas primeiras duas décadas do século XX, os marítimos setubalenses receberam com hostilidade estes «progressos técnicos», combatendo o uso das redes de arrasto e das traineiras. Também no que respeita aos pescadores estuarinos, este desenvolvimento técnico provocou o desaparecimento de modos de vida independentes, «a pesca individual, de oficinas (embarcações) familiares e de pequenas oficinas»<sup>46</sup>. Enfim, a classe piscatória que «tinha sido rica e poderosa» encontrava-se numa situação de «proletarização-mendicidade» devido ao «profundo abaixamento do nível de vida», provocado pela concorrência entre pescadores e industriais, e «à extensão, cada vez maior, da pobreza e esterilidade das águas piscatórias»<sup>47</sup>.

## 5. PADRÕES NA EVOLUÇÃO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS

A análise dos conflitos ambientais neste longo período sugere padrões distintos em dois períodos históricos balizados pela emergência do movimento ecológico português: no período liberal e autoritário, eles foram sobretudo reactivos aos efeitos do desenvolvimento extractivista e de expropriação; a partir dos anos 70 do século XX,

<sup>45</sup> MACHADO, 1951: 197.

<sup>46</sup> MACHADO, 1951: 197.

<sup>47</sup> MACHADO, 1951: 197.

emergiram predominantemente como reacções à industrialização do espaço rural. No primeiro período, a eclosão dos conflitos surgiu em fases de expansão e de intensificação produtiva, aparecendo ora como antecipações ora como reacções que visavam conter alterações ambientais. Em contrapartida, os conflitos que marcaram o período que viu nascer os primeiros grupos ecologistas e o movimento ecológico tenderam a desenvolver-se na fase de «projecto» (antes da tomada das decisões e outorga de direitos a particulares pelo Estado), nas primeiras etapas de implementação ou ainda na fase terminal dos ciclos produtivos. Servem de exemplos o movimento antinuclear de Ferrel (acção ludita na primeira etapa), as contestações contra a co-incineração, a exploração *off shore* de petróleo, a mineração de urânio em Niza ou do ouro de Boa-Fé, em Évora (antecipação), ou o caso Metalimex e o dos resíduos depositados na mina de São Pedro da Cova (fase terminal ou de disposição final).

A perda de riqueza, sentida através da contaminação dos solos e das águas, da destruição de culturas, enfim, a pobreza induzida pela poluição industrial, a expropriação de serviços ambientais e de bens comuns, enfim, a perda de um quadro de vida, bem como a defesa da saúde, constituíram as principais motivações para a mobilização dos camponeses e dos mais pobres no primeiro período. Mais recentemente, tem sido a percepção da perda da qualidade de vida e dos riscos futuros que tem motivado as lutas que têm sido classificadas como predominantemente do tipo «*Não no Meu Quintal!*».

É interessante notar igualmente o contraste no posicionamento dos diferentes actores em presença. No primeiro período, os conflitos opuseram comunidades rurais, agricultores, lavradores, proprietários, pescadores, armadores e até elites locais a empresários exteriores e novas formas de apropriação, contando para isso com o apoio de autoridades científicas, técnicas ou sanitárias. O Estado liberal (através do governo, do parlamento, e do recurso à força armada) impôs-se como mediador, interessado também na defesa dos seus rendimentos, e, por isso, mais favorável aos grupos empresariais. No período demo-liberal, encontramos novos actores: organizações ambientalistas, grupos urbanos, elites locais e, mais recentemente, partidos que dão voz a conflitos locais que, por via de regra, se opõem a empresários e ao governo. Ao contrário do que ocorria anteriormente, a autoridade científica e técnica escapou frequentemente ao controlo destes últimos. O discurso emocional sobre os valores da terra ou ao «paraíso perdido» dão lugar ao discurso científico e à argumentação racional na retórica da mobilização popular e no debate público.

Classificar as acções populares do primeiro período como «ecologismo dos pobres» deixa de fora a participação dos grupos locais intermédios e mesmo superiores que, no caso dos conflitos mineiros e metalúrgicos, foi conjuntural mas relevante<sup>48</sup>. O debate parlamentar sobre os danos para a agricultura atravessou o período republicano,

---

<sup>48</sup> GUIMARÃES, 2013; SILVA, 2017.

onde os lavradores do Sul apareceram como prejudicados. A sua intervenção, a coincidência conjuntural de interesses e valores antiliberais parecem sustentar a hipótese de existir uma dimensão ambientalista no tradicionalismo que se encontra presente no debate entre *agraristas* e *industrialistas* que atravessou a primeira metade do século XX. A sua intervenção far-se-ia ouvir ainda em defesa da agricultura de sequeiro e contra os projectos de regadio que acabariam por ser levados a cabo na década de 1960. No conjunto, estes grupos tiveram uma função ambivalente nos dois períodos de lutas pela justiça ambiental.

Vejamos, finalmente, os resultados. Os conflitos ambientais na era liberal conseguiram por vezes travar *momentaneamente* a expansão do extractivismo, minorar impactos da poluição industrial, estimularam o desenvolvimento tecnológico. Historicamente, apresentam-se quase sempre como marcadores de processos de mudança social que envolveram o caminho da proletarização e da emigração. Desse ponto de vista, os movimentos mais recentes têm reagido sem sucesso à industrialização dos espaços rurais em múltiplas vertentes (construção de barragens, cabos de alta tensão, moinhos eléctricos, deposição de estéreis, eucaliptização, descarga de efluentes tóxicos, projectos mineiros) e tendem a valorizar o património cultural e natural como recurso mercantil. A travagem, o adiamento e a racionalização de projectos ambientalmente disruptivos integram processos de acomodação mais vastos, numa era marcada pela forte mediatização do ambiente e dos seus problemas.

## BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Albérico; MOURO, Carlos (1990) — *Linhas de evolução da indústria conserveira em Setúbal*. In *Actas dos 1.º Encontros de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*. Setúbal: I.P.S./E.S.E.S.
- BAPTISTA, G. B. (2010) — *Environmental Conflicts with Social Metabolism. Florestry Expansion and Socio-economic Change*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Lisboa.
- BARCA, Stefania; DELICADO, Ana (2016) — *Anti-Nuclear Mobilisation and Environmentalism in Europe: A View from Portugal (1976-1986)*. «Environment and History», vol. 22, 4, p. 497-520.
- BARROS, M. Goreti (2012) — *Os Baldios: História, Desenvolvimento e Gestão. O concelho de Ponte de Lima*. Viana do Castelo: Instituto Politécnico. Dissertação de mestrado.
- BRANDÃO, Tiago (2015) — *Origens da Comissão Nacional do Ambiente na emergência da política ambiental em Portugal*. «Ler História», 68, p. 129-167.
- BRITO, J. M. Brandão de (1989) — *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra 1948-1965*. Lisboa: Dom Quixote.
- CARVALHO, David L. (2011) — *Os alevantes populares na Primeira República: Continente, Açores e Madeira, 1910-1917*. «Lusitania Sacra», 24, p. 43-53.
- COSTA, A. Afonso (2011) — *História e Cronologia de Setúbal 1248-1926*. Setúbal: Estuário.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1985) — *Os baldios nas freguesias de Febres, Mira e Quiaios: breve estudo socio-geográfico*. «Cadernos de Geografia», 2. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p. 23-52.
- DECRETO-LEI n.º 39/76. «Diário do Governo n.º 15/1976, Série I» (1976-01-19).



- DELICADO, Ana (2013) — *Scientists, environmentalists and the nuclear debate: individual activism and collective action*. In DELICADO, Ana, ed. — *Associations and Other Groups in Science: An Historical and Contemporary Perspective*. Cambridge Scholars Publishing, p. 189-205.
- DEVY-VARETA, Nicole (1993) — *A floresta no espaço e no tempo em Portugal. A arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- \_\_\_\_ (2003) — *O Regime Florestal em Portugal através do século XX (1903-2003)*. «Revista da Faculdade de Letras – Geografia», série I, 19, p. 447-455.
- EDM/EXMIN (Empresa de Desenvolvimento Mineiro) (2001) — *Estudo Base para a Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas*. Lisboa: EDM.
- ESTÊVÃO, João Antunes (1983) — *A florestação dos baldios*. «Análise Social», vol. XIX, 77-7879, p. 1157-1260.
- FARIA, Guilherme (1950) — *Setúbal e a Indústria de Conservas*. Setúbal: [s.n.].
- FERNANDES, Francisco; GUIMARÃES, Paulo (2016) — *Os conflitos ambientais em Portugal (1974-2015): uma breve retrospectiva*. In GUIMARÃES, Paulo; PÉREZ CEBADA, Juan, eds. — *Os Conflitos Ambientais na Indústria Mineira e Metalúrgica*. Évora; Rio de Janeiro: CICP, CETEM, p. 19-63.
- FERREIRA, M. Fátima Sá (2002) — *Rebeldes e Insubmissos: Resistências Populares ao Liberalismo (1834-1884)*. Porto: Edições Afrontamento.
- FIGUEIREDO, Elizabeth; FIDÉLIS, Teresa (2003) — «No meu quintal, não!». *Contributos para uma análise dos movimentos ambientais de raiz popular em Portugal (1974-1994)*. «Revista Crítica de Ciências Sociais», 65, p. 151-173.
- FREIRE, Dulce (2000) — *Os baldios da discórdia: as comunidades rurais e o Estado*. In FREIRE, Dulce et al. — *Mundo Rural: Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*. Lisboa: Colibri, p. 191-224.
- GONZÁLEZ DE MOLINA et al. (2009) — *Peasant Protest as Environmental Protest. Some Cases from the 18th to the 20th Century*. «Global Environment», 4, p. 48-77.
- GUIMARÃES, Paulo E. (2013) — *Os Conflitos Ambientais nas Minas Portuguesas (1850-1930)*. In MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Joana Dias, orgs. — *De Pé Sobre a Terra: Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal*. 1.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova, 2013, p. 135-177.
- \_\_\_\_ (2016) — *Conflitos Ambientais e Progresso Técnico na Indústria Mineira em Portugal (1858-1938)*. «CEM/Cultura, Espaço & Memória». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, n.º 7.
- GUIMARÃES, Paulo E.; FERNANDES, Francisco R. Chaves (2016) — *Os Conflitos ambientais em Portugal (1974-2015): uma breve retrospectiva*. In GUIMARÃES, Paulo E.; PÉREZ CEBADA, Juan D., eds. — *Conflitos Ambientais na Indústria Mineira e Metalúrgica: o passado e o presente*. Évora e Rio de Janeiro, CICP/CETEM, p. 19-63.
- JUSTINO, David (2016) — *Fontismo: Liberalismo numa Sociedade Iliberal*. Alfragide: Dom Quixote.
- KOUSIS, Maria (2001) — *Competing Claims in Local Environmental Conflicts in Southern Europe*. In EDER, K.; KOUSIS, M., orgs. — *Environmental Politics in Southern Europe – Actors, Institutions and Discourses in a Europeanizing Society*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, p. 129-150.
- KOUSIS, Maria et al. (1996) — *Final Report: Grassroots Environmental Action and Sustainable Development in Southern European Union*, European Commission, DGXII, contract n.º EV5V-CT94-0393.
- MACHADO, Fernando Falcão (1951) — *A pesca marítima em Setúbal*. In *Comptes Rendu du XVII.º Congrès Internationale de Géographie*, p. 179-198.
- MADEIRA, Bruno (2016) — «Não foi para morrer que nós nascemos». *O movimento ecológico do Porto (1974-1982)*. Porto: FLUP. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- MANSINHO, M. I.; SCHMIDT, Luísa (1994) — *A emergência do ambiente nas ciências sociais*, «Análise Social», vol. XIX, n.º 125-126, p. 441-481.

- MARTÍNEZ-ALIER, Joan (1995) — *El ecologismo de los pobres. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Barcelona: Icaria.
- (2001) — *Mining conflicts, environmental justice, and valuation*, «Journal of Hazardous Materials», 86, p. 153-170.
- MCPHEE, Peter (2001) — *The Misguided Greed of Peasants? Popular Attitudes to the Environment in the Revolution of 1789*. «French Historical Studies», vol. 24, n.º 2, p. 248-269.
- MENDES, Adelino (1916) — *O Algarve e Setúbal*. Lisboa: Guimarães Editores.
- MENDES, José Amado (1996) — *Portugal Agrícola ou Industrial? Contornos de urna polémica e suas repercussões no desenvolvimento (Sécs. XIX-XX)*. «Revista de História das Ideias», vol. 18, p. 187-230.
- NAVE, Joaquim Gil (2000) — *The Politics of Environmental Groups in Portugal*. Florença: European University Institute. Tese de doutoramento.
- (2001) — *Non-Governmental Groups and the State*. In EDER, K.; KOUSIS, M., orgs. — *Environmental Politics in Southern Europe – Actors, Institutions and Discourses in a Europeanizing Society*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, p. 343-364.
- PAEM (2016) — *Portugal: Ambiente em Movimento: Um projeto de cooperação entre Oficina de Ecologia e Sociedade (CES/UC), CETEM (MCTIC/Brasil) e SOCIUS-CSG (UL)*. Disponível em <<http://www.ambientemovimento.org/>>. [Consulta realizada em 26/04/2018].
- PAIVA, Cristina (1998) — *Grassroots environmental action and sustainable development in Portugal*, Report of IDF. Projeto Grassroots Environmental Action and Sustainable Development in Southern European I, apoiado pelo DGXII (contrato EV5V-CT94-0393).
- PEREDA, Ignacio García (2016) — *Baeta Neves: pioneiro da conservação da natureza*. Lisboa: Liga para a Proteção da Natureza.
- PÉREZ CEBADA, Juan Diego (2014) — *Tierra Devastada: Historia de la Contaminación Minera (en las grandes cuencas de minerales no ferrosos hasta 1945)*. Madrid, Editorial Síntesis.
- PÉREZ CEBADA, Juan Diego; GUIMARÃES, Paulo (2017) — *Aguas da morte: la contaminación de las aguas en las cuencas mineras de la península ibérica*. «Revista de Historia Industrial», vol. 26, n.º 69, p. 81-108.
- PLACK, Noelle (2013) — *The Peasantry, Feudalism, and the Environment, 1789–1793*. In MCPHEE, Peter — *A companion to the French Revolution*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., p. 212-227.
- PORTUGAL. Intendência de Marinha. Repartição de Pescarias e Serviços de Aquicultura (1924) — *Lei n.º 1572 proibindo a pesca com dinamite, carboneto de cálcio ou qualquer substância nociva*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- QUEIRÓS, Eça de (1901) — *A cidade e as serras*. 1.ª ed. Porto: Livraria Chardron.
- ROSAS, Fernando (1990) — *Portugal Entre a Paz e a Guerra 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SCHMIDT, Luísa (2008) — *Ambiente e políticas ambientais: escalas e desajustes*. In VILLAVERDE-CABRAL, M. et al., orgs. — *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 285-314.
- SETÚBAL. Armadores de Pesca de Sardinha (1903) — *Representação dos Armadores de Pesca de Sardinha de Setúbal sobre o regulamento de 14 de Maio e a Portaria de 10 de Junho*. Lisboa: [s.n.].
- SILVA, Pedro Gabriel (2013) — *No Rasto da Draga*. Castro Verde, 100 Luz.
- (2017) — *Mobilização e narrativas populares contra a mineração em Portugal: o caso da dragagem de estanho (1914-1974)*. In GUIMARÃES, Paulo Eduardo; PÉREZ CEBADA, Juan Diego, eds. — *Conflitos Ambientais na Indústria Mineira e Metalúrgica: o passado e o presente*, Évora, Rio de Janeiro: CICP; CETEM, p. 291-311.
- SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1999) — *The Portuguese environmental movement*. In VASCONCELOS, L.; BAPTISTA, I. — *Environmental Activism in Society: Proceedings of a Workshop on The Role of Environmental Activism in Society*. Lisboa: Luso-American Foundation, p. 85-127.

- \_\_\_\_ (2005) — *Raízes do ambientalismo em Portugal*. In SOROMENHO- -MARQUES, V. — *Metamorfoses: Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*. Mem Martins: Publicações Europa-América, p. 127-144.
- TEIXEIRA, L. H. (2015) — *Verdes Anos: História do Ecologismo em Portugal (1947-2011)*. Setúbal: Esfera do Caos.
- TENGARRINHA, José (1994) — *Movimentos Populares Agrários em Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 2 vols.
- VAQUINHAS, Irene Maria (1990) — *Violência, justiça e sociedade rural: os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento.
- \_\_\_\_ (1991) — *Um espaço em transformação: a extensão da cultura do arroz nos campos do Mondego, 1856-1888*. «Análise Social», vol. XXVI (112-113), p. 689-703.
- VIVIER, Nadine (2013) — *Collective property and environmental concerns. The French case, 1750-1900*. In BAVEL, Bas van; THOEN, Erik — *Rural Societies and Environments at Risk: Ecology, Property Rights and Social Organization in Fragile Areas (Middle Ages – Twentieth Century)*. Turbout: Brepols, p. 241-259.

